

O Capitalismo é obrigatório?

1. Um Capitalismo triunfante?

O Capitalismo é, definitivamente, obrigatório? É tentador fazer essa pergunta, já que ele ocupa uma posição considerada “dominante” no mundo. Especialmente desde a queda do muro de Berlim. Mas certamente ainda mais cultivando o terreno, graças às suas raízes profundas e a uma capacidade de renovação incontestável. Para usar uma palavra que irrita os seus defensores, ele é “duradouro”, mas evidentemente não no sentido ecológico do termo! Branko Milanović, Professor da Universidade de Nova Iorque, publicou uma obra intitulada *Capitalism, alone (Capitalismo, apenas)*¹, que “consagra a vitória de um modelo de desenvolvimento sem igual até hoje, para garantir a prosperidade dos homens”². Reforçando sua tese, o autor afirma que ele não é apenas dominante, mas agora único. Para ele, todo o planeta segue agora os mesmos princípios econômicos voltados para o lucro. O resultado previsto é o fim das desigualdades entre os países. A surpresa divina é que: “A participação do capital na renda nacional aumentará”³. O futuro seria, além dessas constatações, um mundo “guiado pelas sucessivas facilitações de circulação de mercadorias, informações e, finalmente, pessoas”, com o resultado final sendo “a vitória definitiva sobre as restrições de lugar e tempo”⁴. Seria, portanto, impossível encontrar uma alternativa ao “capitalismo hipermercantilizado”⁵ que ele glorifica. O economista Michel Aglietta, embora afirmando que o capitalismo perduraria, foi muito mais cauteloso ao destacar sua responsabilidade nas múltiplas crises que ele gera, criando uma espécie de continuum de crises e desigualdades. Ele nunca deixou de defender uma transformação, uma regulação do capitalismo. Ambos, de forma muito diferente - triunfalista para um, crítico e reformista para o outro - obrigam a questionar se o capitalismo é o único e imperecível caminho a seguir.

A questão é ainda mais relevante, pois diferentes tipos de capitalismo se sucederam e ainda coexistem.

Em *L'Économie Sociale, une alternative au capitalisme (A Economia Social, uma alternativa ao capitalismo)*⁶, já mencionava quatro tipos. O “capitalismo familiar”, o das grandes famílias (Ford nos EUA, Carrefour na França, Samsung na Coreia do Sul, Bolloré na França...), e das pequenas e médias empresas familiares (muito numerosas na União Europeia). O “capitalismo tecnocrático”, o dos gestores, que consagra a separação dos poderes entre gestores e proprietários, com os gestores buscando maximizar seus salários e os lucros dos acionistas. Em seguida, vem o “capitalismo financeiro”, que é o dos investidores que aplicam seus fundos de forma intensiva para maximizar seus lucros nos setores de serviços, industrial, tecnológico ou agrícola. E, extrapolado desta terceira categoria, o “capitalismo capitalista”. Trata-se, através de fundos de investimento ou de pensões, de comprar, rentabilizar, revender ou mesmo destruir para reduzir a concorrência. Esta versão extrema é fonte de novas instabilidades. Seria demasiado simples se essas quatro categorias se revelassem suficientes, uma vez que o capitalismo tem algumas características do camaleão. Ele também se adapta

¹ *Capitalism, alone: the Future of the System that Rules the World*, Branko Milanovic, Belknap Press, 2019.

² Zoom : *Comment le capitalisme est devenu maître du monde*, www.lesechos.fr, 08/09/2020.

³ *Capitalism, alone: the Future of the System that Rules the World*, Branko Milanovic, Belknap Press, 2019.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

⁶ *L'Économie Sociale, une alternative au capitalisme*, Thierry Jeantet, Economica, 2008.

e se multiplica. Sob outro ângulo, também pode-se distinguir um capitalismo nacional e outro sem fronteiras. Este último é particularmente ilustrado pelas Gafam: Google, Amazon, Facebook, Tesla, Uber... Um capitalismo que não se importa com fronteiras, regulamentações, impostos e taxas. Ele combina inovações e auto-internacionalização com práticas sociais chocantes. Novas formas do capitalismo, derivadas das anteriores, estão surgindo. Em particular o “capitalismo cowboy”, ilustrado pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seus amigos. Com o método “eu atiro primeiro e depois vemos”. A guerra de tarifas e impostos desencadeada por Donald Trump segue essa linha. Ele espera, inclusive para si mesmo, retornos financeiros significativos. De certa forma, o capitalismo que concentra o poder político e econômico de forma exacerbada está em luta com outras formas de capitalismo ocidental e com o capitalismo de Estado (o da China, da Rússia e de outros países, sob o manto do comunismo ou do imperialismo). Esses capitalismos se sucedem, colidem, se vigiam e também se concertam.

Essa diversidade é sem dúvida uma das condições para a sobrevivência do capitalismo. Afinal, sendo a competição um lema do capitalismo, parece normal que ele a pratique em seu seio. Entre os principais argumentos a favor da manutenção do capitalismo como modelo único, três chamam a atenção:

- Em primeiro lugar, o capitalismo e a democracia estão intimamente ligados. Basta mencionar a Rússia, a China ou mesmo Singapura para que surjam dúvidas. As origens autoritárias, protegidas ou não por um comunismo ou outro, não demonstram isso e nem se escondem de forma alguma. Eleito democraticamente – isso é incontestável – duas vezes Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump não para de atacar os políticos eleitos nos estados que não o seguiram. O capitalismo não é angélico. Quinn Slobodian, Professor da Universidade de Boston, demonstra como os economistas Friedman e Hayek, com a “Sociedade do Mont-Pelerin”, têm como objetivo “neoliberal” lutar contra o Estado-Providência⁷. Admiradores de Hong Kong (que ainda não havia sido retomada pela China), que não havia “sucumbido nem aos terremotos da descolonização nem aos da democracia”⁸, eles podiam celebrar igualmente “a solução de Singapura” com sua democracia controlada. Essas duas ilhas estão longe de ser as únicas, pois a inventividade dos capitalistas não tem limites. Em seu livro, Quinn Slobodian decifra o fenômeno das “Zonas”⁹, que são “comunidades fechadas”, “espaços fechados”, “zonas de livre comércio” isentas - ou que se isentam - de todas as regras contrárias a um mercado totalmente livre, mesmo que isso signifique estabelecer regras anti-regras. A experiência extrema da Somália, uma “economia sem Estado”¹⁰, que ele descreve, demonstra até onde os libertários querem chegar. Num outro extremo, encontra-se a Zona Franca de Jebel Ali, um espaço formalmente “extraterritorial” de Dubai. Não faltam exemplos desse tipo. Infelizmente, mais perto, uma crise da democracia mais do que latente se desenvolve na Europa, com a dupla capitalismo liberal/democracia parecendo se esgotar a favor das forças de extrema direita. Os compromissos entre o capitalismo e os atores sociais e sindicais se tornam cada vez mais raros, as crises financeiras e sanitária se acumulando, uns Estados se afastando dos modelos republicanos. O capitalismo capitalista e ainda mais o capitalismo cowboy querem ultrapassar ou prescindir da democracia sem avaliar as

⁷ *Le capitalisme de l'Apocalypse : Ou le rêve d'un monde sans démocratie*, Quinn Slobodian, Seuil, 2025.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid.

consequências. Uma bela ilustração do que afirmava Stephen Moore, próximo de Donald Trump: “O capitalismo é mais importante do que a democracia”¹¹.

- Em segundo lugar, o capitalismo reduz as desigualdades e a pobreza. É claro que “a humanidade produz atualmente mais riqueza do que no início do capitalismo, isso é inegável”. “O PIB mundial passou de 175 bilhões em 1800 para 96.100 bilhões atualmente”¹². Mas, diz Simon Verdière, isso não significa que o capitalismo seja o único caminho possível, é preciso decifrar o que é uma “ilusão coletiva”. De fato, os números mostram, por exemplo (confirmado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD), que quando a renda mundial aumenta, os 10% mais ricos absorvem 24% e os 10% mais pobres, 0,07%. O Spotlight¹³ do PNUD de 2024 destaca várias constatações e alertas: “Os ecossistemas mundiais correm o risco de entrar em colapso décadas antes do previsto e a desigualdade entre os países e dentro deles aumentou desde 2020”. Acrescentando que “o crescimento econômico atual está cada vez mais dissociado do bem-estar humano e do equilíbrio ecológico”. É de recear uma “subnutrição crônica de 600 milhões de pessoas até 2030”¹⁴. Não são organizações de extrema esquerda nem extremos pessimistas que dizem isso, mas o muito sério PNUD. Esse tipo de constatação irrita os bem-pensantes dos diferentes tipos de capitalismo.
- Em terceiro lugar, o capitalismo seria o melhor gestor do planeta. Já se sabe há algum tempo que isso não é verdade. Se a COP 21 foi um sucesso que deu esperanças de uma virada importante a favor do clima, com o objetivo de manter o aquecimento global entre 1,5 e 2 graus Celsius, vemos claramente que os retrocessos se acumulam. Especialmente devido à retirada dos Estados Unidos do acordo em nome da liberdade das empresas, apesar da carta aberta de grandes líderes empresariais pedindo o respeito ao acordo (Sundar Pichai, do Google, Tim Cook, do Apple, e Mark Zuckerberg, do Facebook). É de esperar que as novas COP permitam restabelecer a trajetória correta... O Movimento Global da Juventude pelo Clima alertou, denunciando “um sistema que privilegia o lucro em detrimento das pessoas do planeta”¹⁵. Um aviso lançado por jovens com menos de 30 anos de idade, que representam mais da metade da população mundial. Outras vezes se fazem ouvir, nomeadamente por parte das grandes seguradoras e resseguradoras, que indicam que o fracasso das COP levaria a catástrofes em regiões inteiras, que se amplificariam e, em contrapartida, abalariam o sistema financeiro e, de forma mais global, o próprio capitalismo.

2. Um Capitalismo se autocorregendo?

O Professor Philippe Aghion, autor de *Le pouvoir de la destruction créatrice (O poder da destruição criativa)*¹⁶, acredita que é possível e necessário “regular melhor o capitalismo”. Segundo ele, precisaria

¹¹ <https://www.les-crises.fr/le-capitalisme-est-beaucoup-plus-important-que-la-democratie-declare-le-conseiller-economique-de-donald-trump/>

¹² *Non le capitalisme ne lutte pas contre la pauvreté*, Simon Verdière, 02/05/2023, <https://mrmondialisation.org/capitalisme-lutte-pas-pauvrete/>

¹³ <https://www.undp.org>, Signals Spotlight 2024.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ www.youthforclimate.be

¹⁶ *Le pouvoir de la destruction créatrice*, Philippe Aghion avec Céline Antonin et Simon Bunel, Odile Jacob, 2020.

controlar melhor as rédeas deste cavalo feroso, em vez de destruí-lo ou ultrapassá-lo. Ele defende uma melhor intervenção do Estado, evocando, por exemplo, o papel útil de uma tributação sobre o carbono, de subsídios à inovação, do estímulo à mobilidade social, da sanificação da concorrência, de uma fiscalidade mais inclusiva e do papel essencial da sociedade civil. Michel Aglietta, por sua vez, desenvolveu uma teoria importante, a da Regulação¹⁷. Ela teve um forte impacto muito além da Europa. Ele destacou, por exemplo, o que chamava de financiadores pacientes (fundos de pensão), capazes de acompanhar projetos sustentáveis a médio e longo prazo. Ele já incluía as dimensões verdes desses projetos. O perfil de um capitalismo que integra as preocupações ecológicas e, claro, sociais estava traçado. Mas onde estão, hoje, as implementações de tal regulação do e pelo capitalismo? Há algumas razões para duvidar da vontade das forças capitalistas de avançar francamente nessa direção. É certo que existe o “Pacto Global” lançado em 2000 pela ONU, a norma ISO 26000, a Diretiva de Sustentabilidade Corporativa, a CRDS europeia, tudo reforçando o conceito de Responsabilidade Social e Ambiental. E, felizmente, observa-se um certo impacto no comportamento de grandes e pequenas empresas. Mas reconhecamos que essas novas regras do jogo demoraram muito tempo para convergir e agora são alvo de novas resistências por parte do capitalismo cowboy, e de outras forças político-econômicas também. O “Bem-estar Corporativo”, tal como é entendido atualmente, visa reduzir o papel das instituições sociais do Estado em benefício das lógicas do mercado e também tem um impacto negativo nos textos e instrumentos destinados a salvar o clima. É bastante comum recomendar que suas aplicações sejam adiadas. A regulação não é para amanhã, mesmo que não possa ser considerada impossível. Nesse sentido a prudência e as circunvoluções do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, WEF) são significativas; o próprio Presidente do WEF, Klaus Schwab, afirma que é necessário encontrar um caminho “entre o estatismo e o neoliberalismo”¹⁸.

3. A Economia Social de Mercado

A Economia Social de Mercado instituída na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial pelo Chanceler Ludwig Erhard já era o resultado de uma busca por um compromisso entre a economia de mercado livre e os objetivos sociais, entre a livre concorrência e a política social. A legislação alemã acrescentou a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração em nome da Cogestão. Esta é paritária entre trabalhadores e acionistas em empresas com mais de 2.000 funcionários. Estas escolhas político-econômicas marcaram as mentes como uma solução intermediária concreta. Por seu lado, o «modelo sueco» apresentou, também no período pós-guerra, um compromisso entre Capitalismo, Estado-Providência e Mutualismo consagrado como produtor de bens sociais e não apenas econômicos. Olof Palme era o seu defensor. Este equilíbrio foi duradouro, mas foi abalado na década de 90. Essa noção de Economia Social de Mercado, um pouco esquecida ou mesmo deixada de lado durante vários anos, volta à tona desde as sucessivas crises de 2008, 2011 e da Covid. Continua sendo uma base pertinente.

4. Uma Economia Pós-Capitalista a ser construída?

¹⁷ *Régulation et crises du capitalisme*, Michel Aglietta, Éditions Odile Jacob, 1976.

¹⁸ Klaus Schwab, Radio Télévision Suisse, 06/07/2019.

O coletivo formado por Audrey Laurin-Lamothe, Frederic Legault e Simon Tremblay-Pepin propõe um caminho pós-capitalista¹⁹. Eles apresentam receitas estimulantes, sem ser um conjunto completo: “Colocar todos no mesmo nível de conhecimento em seu ambiente de trabalho...”. Instituir “modelos participativos” ligados a um planejamento. “Misturar Capitalismo e bens comuns”, ou mesmo implementar “um planejamento informático centralizado” tirando a moeda do jogo...²⁰

5. Tarde demais para responder ou urgência?

Dada a persistência dos fenômenos e ações desiguais, descritos por várias instituições internacionais e investigadores, parece lógico responder que há uma urgência em seguir outros caminhos que não os do capitalismo. Esta abordagem deve ser ainda mais motivada? Certamente, se, como proclamam alguns: “O capitalismo é guerra! ”. Guerra econômica através de uma concorrência desenfreada? Certamente. Guerra pura e simples? As guerras se multiplicaram desde a Segunda Guerra Mundial até hoje, quando voltam às portas da União Europeia. Vontade de conquista, busca por terras cultiváveis, busca por minerais, as razões são muitas. A rejeição do modelo ocidental não é o menor dos motivos. É preciso admitir – ou não – que a “economia de guerra” voltou aos programas governamentais. Seria necessária uma longa análise sobre a dupla capitalismo/guerra. Hoje, ela se manifesta diante dos nossos olhos: o que Vladimir Putin quer na Ucrânia, recuperar uma parte da herança perdida do Império Russo, colocar as mãos nos minerais que Donald Trump cobiça em troca de apoio à Ucrânia? Esses mesmos minerais...

Abhijit Banerjee e Esther Duflo, em *Good Economics for Hard Times (Economia útil para tempos difíceis)*, salientam a urgência, nomeadamente, de “ajudar as populações deixadas à margem pela lei do mercado”²¹. Os autores abordam o tema extremamente sensível da imigração, propondo uma política de acompanhamento tanto dos nativos quanto dos imigrantes. A leitura do *Atlas du Nouveau Désordre Mondial (Atlas do Novo Desordem Mundial)*, elaborado pela revista *Alternatives Économiques*²², seria suficiente para medir a urgência, ou as urgências, de se afastar do modelo, ou dos modelos “capitalistas”. Alguns títulos deste Atlas falam por si: *Um mundo de desigualdades, Geopolítica do pior, Quem serão as vítimas da guerra comercial?*²³. A hiperglobalização desenfreada estaria perto do fim, mas se as formas nacionalistas do capitalismo apenas substituïrem as formas internacionalistas do capitalismo, os progressos desejáveis não ocorrerão. Joseph Stiglitz alerta da urgência: “O tempo não está do nosso lado. A crise climática não nos permite ignorar como o capitalismo sem restrições nos levou a ultrapassar nossos limites ambientais; e a ascensão do populismo não nos permitirá ignorar que os ideais da democracia estão sendo destruídos”²⁴.

¹⁹ *Construire l'économie postcapitaliste*, Audrey Laurin-Lamothe, Frédéric Legault, Simon Tremblay-Pepin, Lux Editeur, 2023.

²⁰ Op. cit.

²¹ *Good Economics for Hard Times: better answers to our biggest problems*, Abhijit Banerjee e Esther Duflo, Allen Lane, 2019.

²² *Alternatives Économiques*, julho-agosto 2025.

²³ Ibid.

²⁴ *The Road to Freedom: Economics and the Good Society*, Joseph E. Stiglitz, Random House, 2024.

6. Então, quais são as alternativas?

O mesmo Joseph Stiglitz acredita numa transformação do capitalismo num “capitalismo progressista que maximizaria as liberdades reais dos cidadãos”, que seria uma espécie de “social-democracia regenerada”²⁵, graças a mais justiça social, uma educação liberal, uma Sociedade do conhecimento, uma economia descentralizada e um reequilíbrio das relações de poder. Uma transformação pacífica e moderada, baseada em rupturas com os capitalismos autoritários e/ou financeiros. Gaël Giraud e Cécile Renouard formularam *20 propositions pour réformer le capitalisme (20 propostas para reformar o capitalismo)*²⁶. Escolher, dizem os autores, é urgente. Eles propõem, “fora de qualquer posição ideológica extrema”, reorientar o capitalismo para adaptá-lo aos desafios sociais, climáticos, éticos e democráticos. Suas propostas vão de “Por finanças a serviço da economia” a “Por uma economia verde”, abordando, à medida que avançam, temas-chave relacionados à tributação justa, regulamentação dos fundos de pensões, contabilidade social e ambiental²⁷... Uma abordagem, portanto, reformista.

Claro, existem muitas outras propostas nesse sentido. Thomas Piketty, em *Capital et Idéologie (Capital e Ideologia)*²⁸, propõe a noção de Socialismo participativo, abrindo caminho para uma superação, um abandono do capitalismo. Suas propostas abordam à superação da propriedade privada, ao tríptico do imposto progressivo (propriedade, herança, renda), à propriedade social e temporária, à tributação progressiva das emissões de carbono, à democracia participativa e igualitária, à divisão do poder nas empresas... Trata-se, portanto, de pôr fim ao capitalismo em favor de um Socialismo “igualitário com visão universal”²⁹.

Abhijit Banerjee e Esther Duflo, ao falar de “responder à urgência dos tempos conturbados”³⁰, destacam medidas úteis que também constituem uma base para uma transformação profunda. Baseiam-se, entre outras coisas, numa necessária mudança de atitude e de escuta, em nome do respeito, da moral, do humanismo ativo e concreto. Desmontando os mecanismos do crescimento desigual e esclarecendo as ações destinadas a “trazer bem-estar” (medidas relativas à saúde, educação, acesso a melhores infraestruturas...), as ações de combate às alterações climáticas (tributação do carbono), a implementação de medidas fiscais justas, a luta contra a corrupção, a proposta da renda universal... Um conjunto que rompe com os modelos dominantes.

E como não mencionar o Relatório do Clube de Roma (1972) e Rio 2012, que muito antes da COP 21 enfatizaram a urgência (já) de fazer escolhas então muito novas. O Relatório já alertava sobre os riscos do crescimento para o crescimento e chamava a uma estabilização ou mesmo a um crescimento zero. Um Relatório “explosivo” para a época, aclamado por uns, denunciado por outros. Mas que, pela primeira vez, apontava as imperfeições e os efeitos destrutivos do sistema dominante.

²⁵ Ibid.

²⁶ *20 propositions pour réformer le capitalisme*, Gaël Giraud et Cécile Renouard, Collection Champs – Essais numéro 1031, 01/02/2012.

²⁷ Ibid.

²⁸ *Capital et Idéologie*, Thomas Piketty, Le Seuil, 2019.

²⁹ Ibid.

³⁰ Op. cit.

7. A Economia Social e Solidária

Por muito tempo discreta, demasiado discreta, a Economia Social e Solidária surge cada vez mais como uma alternativa concreta nos mais diversos territórios do globo. Primeiramente, sem dúvida, graças aos seus princípios próximos dos ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em que medida esta Economia Social e Solidária (ESS) traça um caminho original e se distingue das diferentes formas do capitalismo? Os seus princípios respondem à pergunta:

- Ela surge da Sociedade Civil que se organiza: cooperativas, mútuas e associações, fundações e, na França e alguns outros países, empresas sociais que respeitam esses valores. É, de certa forma, a livre iniciativa coletiva, em particular para os três primeiros componentes. São cidadãos (trabalhadores, membros, ativistas, beneficiários, mas também empresários independentes...) que se unem para agir em conjunto.
- Os projetos são conduzidos em pé de igualdade entre os membros: uma pessoa (física ou jurídica), um voto. Este princípio é o oposto do que rege as sociedades por ações. A ESS opta pela “participação máxima”.
- Uma distribuição regulamentada e justa dos excedentes. Quando realiza lucros, deve, tal como outras formas de empresas, reinvestir uma parte no projeto, mas, acima de tudo, deve proceder a uma distribuição equitativa entre os assalariados e os dirigentes. A detenção de quotas sociais (cooperativas) pode dar lugar a uma remuneração, mas esta deve ser limitada, aqui também em ruptura com o sistema capitalista.
- Propriedade privada, mas coletiva, graças à indivisibilidade total (mútuas, associações) ou parcial dos fundos próprios (cooperativas, mas essas têm reservas indivisíveis). Este é outro elemento forte de diferenciação em relação às empresas capitalistas.
- Uma busca pelo interesse coletivo, solidariedade entre os membros e também, numa perspectiva mais ampla, pelo interesse geral nos planos social, ambiental e econômico. Isso também contrasta com a visão centrada no lucro das empresas tradicionais.
- Independência em relação ao Estado.

Esses princípios estão interligados. A aplicação parcial de um ou outro não é suficiente para tornar uma empresa ou organização uma entidade da Economia Social e Solidária. Isto contrasta com as organizações ou empresas que aplicam apenas alguns destes princípios.

Hoje a Economia Social e Solidária saiu da sombra e é reconhecida. Tornou-se um ator incontornável pelo seu peso econômico, pela sua utilidade social, ecológica e econômica, pela sua progressão e suas alianças.

- O seu peso pode ser ilustrado por alguns números:
 - O número de membros das cooperativas representa 12% da humanidade,
 - as 300 maiores cooperativas geram 2.400 bilhões de dólares americanos,

- os funcionários das cooperativas são 281 milhões em todo o mundo, ou seja, 10% da população ativa mundial³¹.
- Em crescimento, as mútuas de seguro detêm cerca de 33% do mercado mundial;
- também crescem as mútuas de saúde, que cobrem 230 milhões de pessoas³².
- A isso, seria necessário acrescentar as associações estabelecidas no mundo todo (mas não existem estatísticas a esse respeito).
- Existem 10 milhões de ONGs no mundo, o que as tornaria a 5ª força econômica mundial.

A Economia Social e Solidária está presente em todos os continentes, em todos os territórios, em todos os setores de atividades econômicas, sociais, monetárias e não monetárias. Ela agrupa tanto microorganizações quanto empresas de dimensão internacional. A ESS tem realmente a dimensão de uma alternativa (o que não significa que ela deseje ser o modelo único). Segundo Abdou Salam Fall³³, ela participa “não no crescimento tradicional, mas numa qualidade de crescimento que contribui para elevar o nível de vida” e, acrescentamos, para permitir que mulheres e homens imaginem e assumam o controle dos seus projetos. Essa noção de “qualidade do crescimento” rompe com a instituída pela economia anterior: crescimento para o crescimento econômico, para os lucros.

- Seu reconhecimento crescente pelas Instituições Internacionais:

Durante a Cúpula das Cidades – Habitat III, em Quito, em 2016, a declaração final levou em consideração o papel da ESS. Durante sua sessão plenária de 2024, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução sobre a promoção da ESS ao serviço do desenvolvimento sustentável. A Assembleia Geral adotou desde então uma segunda resolução reconhecendo a importância da ESS como motor essencial, inclusivo e sustentável (é interessante notar que a Argentina se absteve, posicionando-se como defensora do capitalismo e do livre comércio). Outras resoluções foram adotadas paralelamente pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

O aumento do peso da ESS, os sucessivos reconhecimentos por parte das grandes instituições internacionais e a adoção de leis de ESS por diferentes países fazem da ESS uma alternativa bem estabelecida num período de grande caos climático, econômico e político, período também marcado por guerras que afetam até mesmo o continente europeu. Bem estabelecida não significa, no entanto, suficientemente estabelecida face às divisões e conflitos que se multiplicam. O próprio fato de ser reconhecida exige que ela seja mais empreendedora do que nunca. Levando em consideração possíveis reações de inveja e descontentamento de organizações internacionais representativas do mundo capitalista, os fenômenos de arrependimento provenientes de esferas hostis à Sociedade Civil organizada, as tentativas de confraternização com a ESS para melhor sufocá-la ou contê-la. Essas possibilidades negativas não podem ser ignoradas, mas devem, acima de tudo, incentivar a ESS a não se contentar com seu novo posicionamento.

8. Várias linhas de ação se destacam

³¹ Numéros da Aliança Cooperativa Internacional da Federação Internacional das Mútuas.

³² Ibid.

³³ *L'Économie Sociale et les cadres internationaux de développement*, Abdou Salam Fall, Universidade do Quebec em Outaouais, 2012.

O ESS-Fórum Internacional (ESS-FI), que se propõe a ser o organismo que conduz a diplomacia da ESS no mundo todo, ainda tem muito a fazer nesse sentido. Os seus Encontros do Mont-Blanc (em Genebra) são a ocasião para uma nova mobilização dos grandes atores da ESS em particular, que apresentam soluções concretas para implementar estratégias financeiras, industriais, agrícolas e de serviços, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (para além da Responsabilidade Social das Empresas – RSE - ou da Diretiva sobre Relatórios de Sustentabilidade Corporativa – CSRD - europeia). É uma forma da ESS renovar a noção de “multilateralismo face à brutalização das relações internacionais e sociais”³⁴.

As conexões entre cidades, territórios e ESS estão se desenvolvendo cada vez mais. O Fórum Global, GSEF, que associa cidades e ESS, desempenha um papel essencial nessa evolução, destacando o que é realizado em comum e possibilitando o intercâmbio de experiências e realizações. Estas alianças com os políticos eleitos locais (e também nacionais) são determinantes para o futuro. Têm como cimento o interesse geral, a vontade de agir em solidariedade para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a invenção de novas formas de gerir a economia no terreno, de responder às expectativas e urgências sociais e ambientais. Estas alianças são, portanto, transformadoras. Vão no sentido de uma economia útil, de uma democracia compartilhada e não enquadrada. Têm o mérito de alcançar e resolver problemas diversificados relacionados com o acesso à saúde, à alimentação, à ecologia e à integração. É também uma forma de escapar aos riscos de instrumentalização por um poder econômico e/ou político mal-intencionado que não vê com bons olhos a sociedade civil escapar a restrições inaceitáveis. O papel da UNTFSE, Força-Tarefa da ONU dedicada à ESS, continuará sendo importante neste novo período.

9. Ir mais longe

Os Fóruns Continentais da ESS estão a ganhar impulso. É o caso do FORA ESS, Fórum Africano da ESS, que tem como objetivo “uma economia centrada no ser humano”. A declaração final do Fórum de 2024 salientou que “os prefeitos do continente se comprometem a implementar políticas públicas locais favoráveis ao surgimento e ao desenvolvimento da ESS”³⁵. No mesmo sentido, o Fórum solicitou aos Estados Africanos que criassem Conselhos Nacionais ou Agências da ESS. Será pertinente observar o que se prepara na América do Sul e Central, bem como na Ásia.

As resoluções obtidas, a estruturação de fóruns e plataformas de ESS, a adoção lenta mas crescente de legislações de ESS, a parceria entre ESS-FI e GSEF, são tantos sinais do fortalecimento da ESS como alternativa visível e credível. No entanto, ela ainda não se livrou de uma certa timidez, embora tenha saído totalmente do seu silêncio ensurdecedor. É hora de dar mais alguns passos à frente:

- Intervindo em novos campos de ação. Apropriando-se mais rapidamente do que outros de novas ferramentas – nomeadamente a Inteligência Artificial – para acelerar o seu progresso, no respeito dos seus valores. Um tema ainda novo que a ESS deveria abordar a nível internacional:

³⁴ ESS-FI, julho 2025.

³⁵ <https://m.facebook.com/61557355853235/about/>

- ACOME, SCOP – França, 558 milhões de Euros de Faturamento – “Grupo cooperativo inovador que baseia seu desempenho na invenção” – “Uma centena de técnicos e engenheiros estão envolvidos na pesquisa fundamental” – “Um desenvolvimento internacional” – www.acome.com
- Mondragon, Grupo Cooperativo Mundial – Espanha, País Basco – Finanças, Indústria, Distribuição, Conhecimento – 100.000 funcionários, dos quais 35.000 cooperados – 12 bilhões de Euros de Faturamento – www.mondragon-corporation.com
- Continuando, no entanto, seu desenvolvimento em setores tradicionais, sem deixar de inovar:
 - Cooperativa AMUL – Índia – Cooperativa leiteira – 3,64 milhões de Produtores – 50 milhões de litros de leite por dia – www.amul.com
 - Cooperativa Ecocitrus – Brasil – 62 fazendas associadas – Transformação de frutas cítricas, entidade de biogás, entidade de compostagem – www.ethiquable.coop/fiche-producteur/ecocitrus-commerce-equitable-bresil-agrumes
 - Cooperativa Chietón Morén – Costa Rica – Cooperativa de comunidades indígenas – Comércio justo, artesanato, turismo, em 20 territórios – www.chietonmoren.org
- Continuando também suas ações em prol do desenvolvimento:
 - Agenda Global para o Financiamento do Desenvolvimento – Julho de 2025 – A ESS foi, pela primeira vez, claramente reconhecida como um ator do financiamento do desenvolvimento – www.news.un.org / www.agenda-2030.fr
 - FORA-ESS – Fórum Africano da ESS – A ESS na África, “Alavanca de transformação, resiliência e inclusão” – “Uma economia centrada no ser humano” – www.foraess.com
- Continuando a promover o papel das mulheres:
 - Mulheres Atores da ESS
 - Cooperativa de Nyanza (Ruanda) – Conjunto de cooperativas femininas de hortaliças e acesso a microcrédito organizado – www.africabizinfo.com – www.agriterra.org
- Um papel crescente nas diferentes organizações e empresas da ESS:
 - Estudos e teses – Justiça social, paz e direitos humanos – www.prixdesmemoires.cjdes.org
- Continuando a desenvolver sinergias:
 - Cooperativa de Saúde Wonju – Coreia do Sul – Ligada a cooperativas de crédito, alojamento e creches, instaladas no mesmo território – 2.500 famílias associadas – 80 funcionários – www.academia.edu/80571292
 - Licoornes – França – 13 cooperativas membros, desde energia renovável a lojas cooperativas, passando pela eletrônica responsável, compartilha de automóveis e outras atividades – Transformar radicalmente a Economia – www.licoornes.coop
 - EURESA – 17 Grupos mutualistas ou cooperativos europeus – 43,7 bilhões de Euros acumulados – 48,9 milhões de segurados – www.euresa.org
- Criando novos modelos de comunicação para desempenhar um papel informativo e influente que até hoje lhe falta. As fundações poderiam desempenhar um papel nesse sentido. Trata-se de um objetivo que está longe de ser suficientemente levado em consideração e, por conseguinte, longe de ser alcançado.
- Estando na vanguarda da revolução energética, tanto a nível local como transnacional, o que já é o caso em vários países:
 - Associação Cooperativa Nacional de Electricidade Rural – Estados Unidos – 900 cooperativas – 40 milhões de pessoas atendidas – Desenvolvimento em andamento de soluções: hidrelétrica, solar, eólica – www.nrec.ri.cmu.edu

- RESCOOP – UE – 2.500 cooperativas europeias de energias renováveis que envolvem 2 milhões de cidadãos – “Da transição energética para a democracia energética” – www.rescoop.eu
- Conseguindo convencer os bancos cooperativos, mútuas e outros organismos de financiamento próximo a se reúnem e agirem em conjunto para investir na economia útil do futuro que é a ESS. Embora muitos deles estejam – evidentemente – historicamente e significativamente comprometidos nesse sentido, há poucas ações comuns transfronteiriças:
 - Bancos Cooperativos no Mundo – entre os 300 maiores da ACI, há dois bancos cooperativos no topo:
 - Crédit Agricole (França) – 117 bilhões de dólares – www.credit-agricole.fr
 - BPCE (França) – 640 bilhões de dólares – www.ica.coop
 - Banco “no terreno”: BanU-IMCEC (Senegal) – Microfinanças mutualistas, autonomização, mulheres e jovens - <http://www.apsfdenegal.sn>
 - U-IMCEC (Senegal) – Microfinanças mutualistas, autonomização, mulheres e jovens – www.apsfdenegal.sn
- Criando uma plataforma internacional de intercâmbio de títulos financeiros representativos da ESS. Tudo está por fazer neste domínio.
- Mobilizando, portanto, mais atores financiadores para atingir os ODS:
 - ESS pilar dos ODS – a resolução A178/L.56 da Assembleia Geral das Nações Unidas (29 de novembro de 2024) declara a ESS “pilar para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” – www.agenda-2030.fr
 - NIPPON MUTUAL Life (Japão) – 49 bilhões de dólares americanos de Faturamento – 66.500 funcionários – Uma política ofensiva em prol do desenvolvimento sustentável – Alinhamento com o objetivo do Acordo de Paz – www.nipponlifebenefits.com
- Pesquisando novas aplicações para o sistema de propriedade privada e coletiva da ESS. E reforçando a aliança entre a ESS e os defensores dos Bens Comuns.
- Convidando os representantes eleitos nacionais e transnacionais (UE) favoráveis à ESS a se reúnem e agirem em conjunto. É indispensável um acordo democrático transnacional favorável à ESS:
 - Intergrupo ESS – o intergrupo ESS e Serviços de Interesse Geral foi renovado no Parlamento Europeu em dezembro de 2024 – www.europarl.europa.eu
- Polinizando as empresas e organizações tradicionais em busca de soluções participativas e éticas. O diálogo ESS/Empresas tradicionais aconteceu na década de 90 em torno dos temas Economia Social/Cogestão/Participação³⁶ e reapareceu nos últimos anos (cf. a tímida lei Pacte na França). Será tanto mais proveitoso quanto for feito com respeito mútuo, longe das tentativas de banalizar a ESS.

A lista deveria ser tanto priorizada quanto ampliada. O papel da Coalizão Internacional da ESS – ESS-Fórum Internacional (ESS-FI), Fórum Global das Cidades ESS (GSEF), Aliança Cooperativa Internacional (ACI), Associação Internacional de Mútuas (aim-mutual.org), Federação Internacional de Cooperativas e Seguros Mútuos (ICMIF) – fundada em 2021, nunca teve tanta razão de ser. A amplitude dos desafios é suficiente para demonstrá-lo. O Encontro mundial de Bordeaux, em outubro de 2025, iniciado pelo GSEF, chega na hora certa, assim como o Encontro do Mont-Blanc, em janeiro de 2026. Acrescentando

³⁶ *L'entreprise de demain sera participative*, Thierry Jeantet, Les Échos, 19/01/2007 e *A comparative overview of terms and notions on employee participation*, Georges Arrigo, Giuseppe Casale, 02/03/2010, www.ilo.org

que também deveriam ser elaborados pactos de ação com as Organizações Não Governamentais que atuam a nível internacional em prol do desenvolvimento sustentável, da inclusão, da luta contra a pobreza, dos direitos das mulheres, da liberdade de expressão...

Isso ainda mais porque muitos sinais (ataques, guerras, ascensão dos extremos) relatam o enfraquecimento das democracias e, de um modo geral, dos elementos que garantem um mínimo de estabilidade no mundo. A Economia Social e Solidária tem um papel adicional a desempenhar neste período. Pelo seu próprio modelo, ela é portadora de escolhas coletivas entre cidadãos e cidadãos e, portanto, alimenta a busca por iniciativas, decisões e organizações imaginadas e realizadas “juntas”. Aliás, a ESS é, por vezes, designada de “Economia dos Povos”. As suas regras, já referidas, vão no mesmo sentido “pacífico”: livre iniciativa, democracia, repartição justa dos excedentes, propriedade coletiva escolhida, solidariedade, compromisso dos indivíduos. Todos estes são fatores que favorecem intercâmbios e relações pacíficas, levando à compreensão e à tolerância. Mais uma vez, eles estão em ruptura com as relações internacionais marcadas por conflitos económicos, acordos limitados ou incompletos, frequentemente desprovidos de objetivos de desenvolvimento sustentável. Não se trata aqui de ingenuidade, mas de um modo de construção partilhada das relações internacionais. Nesse ponto, seria desejável que os componentes da Economia Social e Solidária deem uma nova dimensão ao comércio justo (Fairtrade International, World Fairtrade Organisation...), que foi objeto de um estatuto internacional por ocasião do terceiro aniversário da adoção dos ODS. Este estatuto poderia ser uma oportunidade, dado que a Organização Mundial do Comércio está paralisada há muito tempo, para defender uma Organização Mundial do Comércio Justo estruturada em conformidade e ligada à ONU (nomeadamente ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ou para se auto-organizar de forma mais profunda do que atualmente. No mesmo sentido, deveriam ser estabelecidos laços com o Programa Alimentar Mundial. O mesmo se aplica à “Coalizão Alimentar a Humanidade de forma Sustentável”³⁷.

10. Acelerar

Sabemos que vivemos uma era de aceleração das mudanças tecnológicas, económicas e sociais, de brutalização das relações internacionais e também intra-nacionais, portanto, não há mais tempo para perder.

A ESS, fortalecida pelo seu próprio reforço nos últimos anos, pelos múltiplos reconhecimentos obtidos, de Quito a Doha, passando por Nova Iorque e Genebra, pelas suas alianças crescentes com cidades e territórios, é uma alternativa visível, audível e ativa. Razão suficiente para que dê uma nova dimensão ao seu desenvolvimento, à sua propagação e ao seu alcance de um extremo do globo ao outro. Os capitalismos existem, confrontam-se, enfraquecem o planeta, mas não são obrigatórios! A Economia Social e Solidária ocupa o seu lugar e prepara um outro futuro, mais humano, democrático, social e ecológico.

³⁷ www.feedingsustainably.org

Artigo publicado em francês pela revista ISBL Magazine em 31 de julho de 2025.

**Agradecimentos do autor às colaboradoras e colaboradores que contribuíram com exemplos: Anaïs Amazit, Pauline Effa, Yasy Morales, Abdou Salam Fall, Gérald Larose. E às revisoras Marie Croce e Valentina Ricci.*



Thierry Jeantet

Presidente de Honra do Fórum Internacional da ESS (ESS-FI°), Membro do Conselho Consultivo do Fórum Global da Economia Social (GSEF).

Autor, em particular, de *Économie Sociale et Solidaire, la Clef des Possibles* (Éditions Les Petits Matins) 2021, *L'Économie Sociale, la Solidarité au défi de l'efficacité* (Éditions Documentation Française), 3ª edição 2016, *L'Économie Sociale, une alternative au capitalisme* (Éditions Economica) 2008.